

nem por mínima hipótese foi levantada, suscitada, cogitada ou discutida essa questão; ao contrário, sempre nos colocamos a favor da integridade dos mandatos constituídos — nem para encurtá-los nem para prorrogá-los. Faça essa afirmação aqui e agora, valendo-me dos poucos recursos de que disponho como Constituinte para usar da palavra.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, também me valho da oportunidade de fazer um registro. Ao longo do dia de ontem, como ao longo de diversos dias, o Governo tem sido árdua e duramente criticado nesta Casa, na Assembléia Nacional Constituinte, onde as questões a serem tratadas e debatidas deveriam ser, de preferência, temáticas. Entretanto, a Liderança do Governo não dispõe de qualquer possibilidade, mínima que seja, de tempo regimental para poder sequer contestar as alegações infundadas que por acaso surgiram.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, feita esta afirmação, quero, por outro lado, dizer que o Governo busca, através de todos os Parlamentares que o apoiam, a consecução de um suporte parlamentar que permita garantir-lhe a estabilidade de que a transição precisa, para que o Brasil possa viver dias melhores e mais felizes. (Muito bem!)

O SR. JORGE DIEGUEZ (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Constituintes, desde 1979 aposentados e pensionistas têm sido saqueados pela Previdência Social.

Votaram grande expectativa na nova República, no sentido de ver restabelecido o valor real e original das aposentadorias e benefícios que foram esbulhados pela Previdência Social. O Presidente da República, reconhecendo a defasagem, enviou a esta Casa projeto estabelecendo e devolvendo de 20% daquelas perdas, que na verdade são de 9%, porque quem se aposentou até 1979 perdeu 55% do valor aquisitivo do benefício em virtude das fraudes da Previdência.

Na Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, por unanimidade, foi aceita proposição subscrita por trezentos Parlamentares, determinando que se restabelecesse o valor integral desses benefícios, calculado com base no salário mínimo vigente no momento do recebimento.

Grande foi nossa estranheza, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, quando o Relator da Comissão da Ordem Social, Constituinte Almir Gabriel, esquecendo os compromissos do PMDB, olvidando a luta das associações de aposentados e deixando em segundo plano a posição unânime da citada Subcomissão, excluiu do seu relatório a luta de longos anos, empreendida pela resistência democrática, visando à corrupção que a Previdência Social praticava contra os aposentados e pensionistas.

Nas Disposições Transitórias consagrava-se a devolução daquilo que fora saqueado, realizava-se a justiça social, devolviam-se a credibilidade que aposentados, pensionistas e trabalhadores têm de ter na Previdência Social. Agora são novamente saqueados, pois o Relator se esqueceu de colocar no seu relatório o produto da longa luta partidária e das associações de aposentados.

Dizem, Sr. Presidente, que ninguém penalizou mais os aposentados brasileiros do que o Ministro Jair Soares, causador primeiro da violência e do arbítrio contra os aposentados. Agora, o Constituinte do Pará, Almir Gabriel, parece desejar seguir

o mesmo caminho quando retira do relatório a vitória e o objetivo conseguidos pela luta dos aposentados e de 300 Parlamentares desta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, vamos apresentar emenda ao relatório, porque ele frustra as expectativas de aposentados e pensionistas, inibe a luta e impede o PMDB de cumprir o seu compromisso de restabelecer o valor real e original da aposentadoria — Compromisso que era de Tancredo Neves, compromisso de Ulysses Guimarães, que foi às praças para dizê-lo. E não pode alguém vinculado ao PMDB, agora jogar no lixo a luta de toda uma sociedade, de todo um partido, para restabelecer o valor real e original das aposentadorias calculado com base em salário mínimo vigente na data do recebimento. (Palmas.)

O SR. LUIZ VIANA NETO (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, venho à tribuna para formular um apelo ao Presidente do Banco Central, no sentido de que, de imediato, se revogue a infeliz, senão perversa, Resolução nº 1.311, que alterou as taxas de juros dos contratos celebrados na vigência do Plano Cruzado.

Ora Sr. Presidente, não me cabe aqui, nesta assembléia política, invocar o absurdo jurídico da alteração unilateral de cláusula contratual. O que desejo é chamar a atenção desta Casa — e, em especial, do Presidente do Banco Central — para as consequências econômicas e sociais dessa medida.

Esse pedido de socorro que recebi não vem de empreendedores dos grandes centros, mas de modestos lavradores da região do São Francisco, desesperados com a multiplicação de sua dívida que, contraída a uma taxa de 2% ao mês, hoje já se eleva a mais de 20%. Essas as razões que devem sensibilizar o Governo, ao qual não pode interessar que as atividades produtivas daqueles que vivem do amanho da terra e que decidiram, com seu suor e com sua vontade, ocupar o território longínquo da Pátria, sejam penalizados, sofram consequências danosas pelo vendaval que sacode a economia nacional e pelo qual aquela gente não tem qualquer responsabilidade. Estou certo de que o Presidente do Banco Central do Brasil, integrado no espírito da Nova República, há de sensibilizar-se com este apelo e rever essa medida que está esmagando, aniquilando, levando à falência e ao desespero milhões de baianos que confiaram nas decisões do Governo e não podem ser responsabilizados pelo seu insucesso.

O SR. ALUIZIO CAMPOS PRONUNCIANDO DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. CHICO HUBERTO (PDT — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, na História da Diocese de Mariana o saudoso escritor e memorialista Cônego Raymundo Trindade fez um diagnóstico dos padres que participaram da Inconfidência Mineira. Ao falar do Cônego Luiz Vieira, fez questão de dizer que era possuidor de uma biblioteca de seiscentos volumes, uma das maiores do Brasil por volta de 1790. Todos os livros vinham da Europa; não tínhamos ainda, depois de quatro séculos de existência, uma tipografia.

É isto confirmado pelo Dr. Lúcio dos Santos, primeiro Reitor da Universidade de Minas, em sua tese também sobre a Inconfidência.

Não creio que este dado seja assim tão preciso, uma vez que a versatibilidade do povo brasileiro é conhecida e faz crer que já existissem formas artesanais de impressão. Entretanto, este tópico da nossa História serve de base para falarmos de um equipamento cultural de primeira linha, qual seja a formação de consciência para a nossa independência.

Admite-se que o Rei Dom João VI de Portugal, ao chegar ao Brasil, em 1808, além de implantar a primeira oficina gráfica, onde foi impresso o primeiro livro, a "Coreografia Brasileira", um misto de História, Geografia e Ciências Naturais, escrito pelo Padre Ayres de Casal, fundou também a primeira biblioteca oficial. Reconheço que este é um dado elementar, ao alcance de qualquer estudante de primeiro grau; entretanto, visto como um vetor dentro da dinâmica do processo histórico, é como o primeiro passo para a independência cultural. Inconscientemente, porque não creio que Dom João VI quisesse formar uma estrutura cultural para tornar o País independente, mas articulando as medidas econômicas e sociais que pudessem justificar a existência de um Reino Unido, Brasil e Portugal, deu um sentido novo ao povo brasileiro, libertando o pensamento e as idéias que são os motores de toda realização histórica. Seguiram-se os jornais e todas as formas de comunicação de massa.

Por ironia do destino, o Cônego Luiz Vieira, ao ser interrogado na devassa de Dona Maria I, respondeu: "Dentro de vinte anos um Príncipe da Casa Real virá ao Brasil e o fará independente".

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, se o negar do conhecimento histórico e do passado cultural de um povo pode retardar o seu desenvolvimento e sua independência, este fator jamais poderá impedir para sempre, respeitando aqui as devidas proporções, a formação de outras Unidades da Federação.

Este é o caso da nossa região, formada pelo Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba e o Planalto de Araxá, que clama pela sua emancipação e pela formação do Estado do Triângulo. Ali, nossas crianças não aprendem a reverenciar a nossa História, nossa cultura, nosso folclore, nossos mártires, enfim, os nossos hábitos e o nosso passado, para não questionarem o nosso futuro.

O que sabemos nos foi transmitido por nossas mães que, no entardecer calmo e pacífico, típico das cidades do interior, nos afagavam as fronteiras, postas em seus colos, com histórias físis da região, que lhes foram ensinados por seus antepassados.

Por tudo isto é que chamo a atenção dos companheiros Constituintes para mais este alerta, pedindo a todos que se somem conosco nesta luta e autorguem ao povo da minha região o direito de plebiscitariamente opinar pelo seu destino.

Viva o Estado do Triângulo!

Aproveito ainda, Sr. Presidente, para, desta tribuna, repudiar de público matéria publicada num jornal de Belo Horizonte, chamado "Edição do Brasil", cuja manchete principal afirma: "Alfredo Campos comanda reação — ninguém divide Minas Gerais". Neste mesmo jornal existem afirmações que não foram feitas por nós, e referências a intrigas inexistentes dentro desta Casa. Na verdade, repulamos toda a forma jornalística de tripudiar sobre aqueles que aqui estão com a responsabilidade que lhes foi outorgada pelo nosso povo. Com a dignidade de sempre, que nos fez pautar